

## INDCs vs. Parcelas Justas

### **O que é uma 'INDC'?**

Uma INDC—sigla em inglês para “Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada” - pode ser compreendida como um plano nacional para lidar com as mudanças climáticas proposto por cada governo. É uma “oferta inicial” que delinea o tipo de esforço a que cada país está disposto a comprometer-se para combater a crise climática.

No contexto da adopção de um acordo nas negociações da ONU sobre o clima a acontecer este ano em Paris, todos os países foram convidados a preparar INDCs, e comunicá-los ao longo de 2015. Os INDCs de cada governo servirão, desta forma, como base para o acordo de Paris e para o futuro sistema multilateral para as mudanças climáticas baseado em normas.

A forma como estas contribuições pretendidas se tornarão em definitivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no acordo de Paris ainda não está decidido. Qual deveria ser o seu âmbito? Que forma legal deveriam tomar? Isto tem sido, actualmente, tema de intensas negociações.

### **E as INDCs actualmente sobre a mesa?**

Os países desenvolvidos deveriam anunciar as suas INDCs a 31 de Março de 2015, uma data que deveria ter sido um enorme marco rumo a Paris. Contudo, apenas alguns países cumpriram com este prazo. Os piores emissores mundiais de carbono da história apresentaram compromissos que não reflectem a sua imensa responsabilidade histórica nem mostram qualquer vontade em lidar com a dimensão da crise climática.

Se os compromissos insignificantes existentes são uma indicação do que está por vir, estamos a caminho de um mundo que será em média 4-6°C mais quente. Para contextualizar isto, os impactos climáticos que enfrentamos hoje em dia são consequência de um planeta que está apenas 0.8°C mais quente que na época pré-industrial.

### **O que as INDCs incluem actualmente, e o que deveriam incluir?**

Muitos governos de países ricos e industrializados são a favor de um acordo em Paris que se foque apenas na mitigação (redução das emissões), excluindo outros elementos como adaptação, finanças, perdas e danos, transferência de tecnologia, capacitação e transparência.

Por causa disto, a maioria dos países ricos reagiu contra uma maior responsabilização num acordo de Paris mais holístico, ao lidarem apenas com o elemento de mitigação (ou seja, ao oferecer apenas a meta de redução das emissões) nas suas INDCs. Ao fazê-lo, ignoram as directrizes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) que determinam que os países devem “considerar incluir uma componente de adaptação” nas suas INDCs.

Além disso, os países em desenvolvimento devem apresentar as suas INDCs no fim deste ano. Para estes, a medida e o nível das suas contribuições dependerá da disponibilidade e dimensão do apoio financeiro, tecnológico e de capacitação dos países ricos. Quanto maior o apoio dos países desenvolvidos, maior será a disponibilidade dos países em desenvolvimento para contribuir para os esforços de mitigação, e maior será a sua capacidade para incluir medidas de adaptação, perdas e danos e capacitação nas suas INDCs.

## Porque é necessário exigir uma alternativa?

Não é num sistema através do qual cada país propõe a sua própria “contribuição” onde provavelmente conseguir-se-á limitar o aquecimento até aos 1,5oC, pois não é possível assegurar que “a soma” de todas as contribuições vai atingir o esforço global que necessitamos. Este sistema pode ser comparado com a tentativa de construir uma ponte para atravessar um rio. Se cada trabalhador puder trazer os materiais que quiser, não há garantia que se conseguirá atravessar.

## O que podemos fazer?

Ao utilizar uma abordagem de “parcelas justas”, poderemos de forma mais eficiente fazer exigências aos nossos governos nacionais. Com o cálculo das responsabilidades individuais de cada país, poderemos julgar correspondentemente quão boa – ou má – é a sua contribuição.

## E AS PARCELAS JUSTAS?

É opinião de muitos dentro do movimento que um acordo global justo e eficiente só poderá ser atingido se for estabelecido um orçamento global de carbono e o esforço para permanecer dentro desse orçamento for compartilhado. Voltando à analogia da ponte: cada trabalhador deve saber quanto material deve levar para a construção da ponte, para que o esforço total nos leve para o outro lado.

Um orçamento global de carbono é o montante de emissões de gases de efeito de estufa que podemos emitir e ainda assim ter uma probabilidade razoável de limitar o aumento global da temperatura para até 1,5oC acima dos níveis pré-industriais. Isso dá-nos um certo número de gigatoneladas de carbono que pode ser queimado e emitido para a atmosfera e ainda assim mantermo-nos abaixo desse aumento de temperatura. Isto é o orçamento de carbono.

Se isto é dividido de acordo com a responsabilidade, capacidade e direito a uma sociedade sustentável de cada país, teremos uma ideia muito melhor de como deveria ser o plano nacional real de cada país. Esta é a abordagem das “parcelas justas”.



## Nós exigimos uma revolução energética que:

- **Garanta justiça para pessoas afectadas pelas mudanças climáticas.**
- **Pare com os combustíveis fósseis e outras energias sujas, enquanto protege os trabalhadores nessas áreas.**
- **Apóie energias renováveis controladas pelas comunidades – dando poder as pessoas e não as corporações.**

### **Amigos da Terra Internacional**

Contato: [info@foei.org](mailto:info@foei.org)

[www.foei.org](http://www.foei.org)

Mais informação:

[www.wearetheenergyrevolution.org](http://www.wearetheenergyrevolution.org)

[gebe.foei.org](http://gebe.foei.org)